

Nº ÚNICO 388911

ENTRADA/SAÍDA Nº 102 DATA 23/02/2011



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Ditilma - 12 av
Srs. Deputados e
agente - 12 para o
juízo revisor
11.2.24

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão de Ética, Sociedade Cultura
Senhor Deputado Luís Marques Guedes

São Bento, 23 de Fevereiro de 2011

1. O Orçamento do Estado para 2011 prevê que as transferências para a RTP se mantenham nos mesmos valores dos anos anteriores. Muito embora se verifique uma descida da indemnização compensatória, o aumento da taxa do audiovisual mantém o nível de financiamento público da empresa. Assim, e uma vez que não é conhecida qualquer alteração dos contratos entre o Estado e esta empresa, não é claro para que fins serão canalizados os montantes financeiros subtraídos aos salários dos trabalhadores, fruto dos cortes inscritos em Orçamento do Estado.
2. Os cortes salariais nas empresas de comunicação social tuteladas pelo Estado, às injustiças gritantes e ao atentado contra a Constituição que a decisão de corte salarial em si mesma consubstancia, levantam questões específicas do sector que urge serem esclarecidas.
3. A exemplo da especificidade do sector, lembramos que a circular interna da RTP que concretiza a forma de redução dos salários prevê, entre outros, que os jornalistas que terminam o estágio, mesmo depois de terem já carteira de jornalista,

continuem a receber como estagiários ao arrepio de toda a legislação e negociação colectiva sobre esta matéria.

4. Mas não é só a forma de concretização do corte de salários por parte do Conselho de Administração da RTP que levanta fundadas dúvidas: este mês ficámos a saber que em 2010 o Conselho de Administração tinha já procedido a cortes na remuneração à generalidade dos trabalhadores, enquanto procedia aumentos salariais significativos nos cargos de chefia.

5. As medidas de austeridade não podem ser pretexto para decisões arbitrárias das administrações; nada menos se pode exigir das entidades públicas que a mais absoluta transparência relativamente ao destino das verbas retiradas aos salários dos trabalhadores.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a presença do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA para prestar esclarecimentos aos deputados sobre a matéria em causa

A Deputada do Bloco de Esquerda



Catarina Martins